



ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE- CONJUVE

DATA: 05/02/2020 E 06/02/2020

LOCAL: BRASÍLIA - DF - SCS Qd. 9 Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º Andar, Auditório Ana Paula Crossara e Auditório Luis Eduardo Magalhães, Interlegis Av. N2, Bloco 2 do Senado Federal - Zona Cívico-Administrativa, CEP 70165-900

Assunto: 50ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude

Este documento cumpre as normas estabelecidas pelo regimento interno do Conselho Nacional da Juventude e nele será apresentado o relato oficial sobre a agenda relacionada ao conjunto de atribuições do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), definidas pelo Decreto nº 10.069, de 17 de outubro de 2019, neste caso, tratando especificamente das atividades desenvolvidas nos dias 05 e 06 de Fevereiro, conforme convocatória oficial enviada pela Secretaria Executiva do CONJUVE, no dia 09 de janeiro de 2020 por correio eletrônico.

Pauta da Reunião:

A 50ª reunião ordinária do CONJUVE, primeira da gestão 2019/2021, contou com a seguinte programação prevista e posteriormente ajustada (conforme convocatória oficial enviada pela Secretaria Executiva, no dia 09 de janeiro de 2020 por correio eletrônico):

- a) Apresentação do balanço 2019 e projeção para ano de 2020 da Secretaria Nacional da Juventude;
- b) apresentação das entidades participantes do Conselho;
- c) aprovação do regimento interno;
- d) eleição da mesa da diretora do Conselho;
- e) o que houver.

Deliberações:

Resumo das deliberações e encaminhamentos:

1. Tomada de Posse dos novos Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Juventude;
2. Aprovação do Regimento Interno do CONJUVE;
3. Eleição Mesa Diretora do CONJUVE;
4. Composição das Comissões Temáticas do CONJUVE;
5. Eleição das Presidências das Comissões Temáticas e Composição da Mesa Diretora Ampliada do CONJUVE;
6. Criação e composição da Comissão Especial de Inclusão Produtiva do CONJUVE;
7. Apresentação da proposta do Ministério da Infraestrutura sobre a expansão da política ID Jovem e designação da Comissão de Programas e Políticas para elaborar relatório sobre o tema;
8. Aprovação da Mensagem do CONJUVE à Ministra Damares Alves sobre a campanha para prevenção da gravidez precoce;
9. Aprovação do Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional da Juventude;
10. Apresentação e aprovação das resoluções da Comissão Organizadora Nacional da Conferência Nacional da Juventude;
11. Fica, a Secretaria Geral do CONJUVE, responsável por lavrar a Ata da reunião ordinária, bem como por enviar todos os documentos aprovados ou submetidos para a análise do CONJUVE, dentro do prazo regimental.

Relato descritivo da reunião ordinária do CONJUVE:

Aos dias 05 de fevereiro de 2020, em Brasília- Distrito Federal, após a conferência e certificação do quorum, às 11:36, deu-se início a 50ª (quinguagésima) Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude. A Reunião ocorreu, no dia 05 de fevereiro, no Auditório Ana Paula Crossara Resende do Ed. Parque da Cidade, e nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2020, no Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães, no Interlegis. Compareceram na reunião os conselheiros: Alexandre Ferreira da Silva, Ariany de Oliveira Leite, Carlos Henrique Ferreira Pontes, Carmelo Silveira Carneiro Leão Neto, Cleuller Camilo da Costa Vieira Silva, Cristina Gonçalves Rezende, Davi Silva Dants, Derick Raphael da Silva Coelho, Deryck Passos Pinheiro, Douglas Muniz Barbosa, Eryc Martins Grigorio, Guilherme Alvaro Boos Maia Cardoso, Gustavo Henrique Lobo da Gama, Isabella Assumpção Rozzino, Jaireson Nascimento dos Santos, Jamile Jorge Ramos Sarchis, Jeferson Thiago Schwerz, Layanne Paixão de Moraes Alves, Luã Lessa Souza, Lucas Pretti Cypreste, Luis Filipe Eich, Luis Vanucci Cantanhede Cardoso, Luiz Fernando Salmeron Momesso, Maicon Nogueira, Marcelo Quelho Filho, Maria Eduarda Dinardi Mardegan, Neilson Amaral Marques, Nilson Luiz Silveira Grimm, Pedro Henrique dos Santos, Pedro Henrique Silva Mendes dos Reis, Pedro Ivo Garcia de Sousa, Rafael Davi Campos, Rafael de Lima, Rafael Neves Biazão, Raphael Paganini Picanço, Renan Nishimoto, Rodrigo Giorgi Reis, Romel Torres Munhoz, Thaynã Mariano Costa, Thiago Antonio Souza, Tiago Gomes dos Santos, Valber Carvalho Braga Neto, Vilmar José Fortuna e Vitor Vannuchi Ungari.

No primeiro dia, Aos 05 dias do mês de fevereiro de 2020, em Brasília, Distrito Federal, no Auditório Ana Paula Crossara Resende do Ed. Parque da Cidade, às 11:36, após a conferência e certificação do quórum, foi iniciada a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude e 50ª Reunião Ordinária desde a criação do CONJUVE, pelo Secretário-Executivo do Conjuve Rafael Davi Campos, pela Secretária Nacional da Juventude Jayana Nicaretta e pela Secretária Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Tatiana Alvarenga, no ato representando a Senhora Ministra Damares Regina Alves. A reunião teve início com a fala das autoridades da mesa de forma que a Secretária Nacional parabenizou a nova gestão do Conselho e colocou a Secretaria Nacional da Juventude à disposição. A Sra Tatiana Alvarenga destacou a importância deste colegiado e da proximidade que o Ministério deseja com este espaço de participação social. Em seguida foram convidados os Conselheiros mais jovens, sendo eles Carmelo Neto e Layanne Paixão para proferir o seguinte juramento de posse que foi repetido pelos demais presentes: "Prometo, no exercício do mandato de Conselheiro Nacional de Juventude, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, o Estatuto da Juventude, agir com ética e integridade defendendo a

soberania e a independência do Brasil, sobretudo na construção de políticas públicas para os jovens da nação. Assim o prometo". Após isso passou-se à entrega dos certificados de posse dos Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Nacional da Juventude chamando-os um a um em ordem alfabética. Após esta solenidade a reunião ordinária teve início com boas-vindas aos Conselheiros pelo Secretário-Executivo que convidou a Conselheira Cristina Rezende para ajudar a secretariar os trabalhos enquanto não houvesse eleição da mesa diretora. Logo após, o Secretário-executivo relatou as informações sobre as inscrições no processo seletivo público do Conselho Nacional de Juventude, destacando que este foi o maior processo seletivo/eleitoral da história do Conselho Nacional da Juventude, o que o torna extremamente qualificada a nova nominata de entidades e representantes, relatou também a importância deste Conselho frente aos desafios da juventude brasileira. Em seguida foi feita a leitura da pauta e a ordem dos trabalhos do dia, sendo aprovada. Iniciada, com a apresentação das instituições que compõem o Conselho, bem como com a apresentação pessoal conselheiros de notório saber e também dos representantes do Poder Público foi dada a palavra aos conselheiros de forma ordenada com tempo de até 2 minutos cada. Após isso, às 12:35h, Rafael Davi retornou a palavra, colocando a seguinte proposta ao plenário, tendo em vista que já foram apresentados quase todos os conselheiros, sugere que concluamos até as 13:00hs para assim seguirmos ao almoço e com essa pauta superada, sendo a proposta acatada pelo plenário. Com o retorno das atividades e encerrada as apresentações de forma a cumprir a ordem do dia, passou-se para apreciação da proposta do Regimento Interno. Inicialmente Rafael Davi contextualizou os conselheiros sobre a construção do Regimento, bem como a importância de ultrapassarmos os trâmites burocráticos, principalmente na construção da 4ª Conferência Nacional de Juventude, segundo foi informado aos conselheiros a proposta seria lida e logo após aberta para apontamentos, em discussão, o conselheiro Ariosto Antunes Culau, questiona o art.3º no risco de estar extrapolando as competências da portaria em específico ao inciso II, sugerindo alteração da palavra assessorar para "sugerir", logo após o conselheiro Marcus Barão sugere a palavra "apresentar", sendo apoiado pelo conselheiro Carlos Henrique, ficando sugerido como texto: apresentar aos órgãos da administração pública propostas orçamentárias voltadas para a implementação das políticas públicas de juventude. A conselheira Ariany Leite, explana que este inciso está no art. 46 inciso V, do Estatuto da Juventude, sugere que mantenha na forma originária. Passado aos próximos pontos, não havendo mais nenhuma questão e fazendo os devidos ajustes, inclusive na alteração da ordem de alguns artigos colocou-se em regime de votação sendo aprovado por unanimidade, pela manutenção da proposta de regimento apresentada. Seguindo a pauta do dia, passando para a eleição da mesa diretora, houve a candidatura para presidência do Conselho Nacional de Juventude, se inscrevendo para tal, o conselheiro Rafael Davi Campos, não havendo mais inscrições, em regime de votação foi eleito por unanimidade. Seguindo com a eleição da mesa diretora, para o cargo de Vice-presidente, se candidatando o conselheiro Marcus Vinicius Barão Rocha, no qual em prazo regimental de 3 (três) minutos apresentou sua candidatura. O conselheiro Luiz Vanucci, fez a defesa do nome do conselheiro a vice-presidência, sem mais inscrições, em regime de votação foi eleito por unanimidade. Para o cargo de Secretário Geral, recebeu a inscrição única do conselheiro Gustavo Henrique Lobo Gama, do qual no prazo regimental de 3 (três) minutos fez a defesa e se colocou à disposição ao cargo, o gestor de juventude Maicon Nogueira, solicita que conste em ata, que se pudesse votar, elegeria a atual mesa diretora, logo após colocado em regime de votação foi aprovado por unanimidade. Ficando eleita a seguinte mesa diretora, do qual já se tomou assento à mesa: presidente: Rafael Davi Campos, vice-presidente: Marcus Vinicius Barão da Rocha e secretário geral: Gustavo Henrique Lobo da Gama. Seguindo os trabalhos do dia, para a inscrição de composição das comissões, os conselheiros foram convidados a compor as seguintes comissões: Comissão de Articulação e Diálogo; Comissão de Relações Internacionais; Comissão de Assuntos Parlamentares e Comissão de Programas e Políticas. Passada a apresentação, em regime de composição, os conselheiros se candidataram às comissões e nestas foram eleitos os seus presidentes, ficando compostas da seguinte forma na Comissão de Articulação e Diálogo: Pedro Henrique, Ariany Leite, Cristina Rezende, Neilson Marques, Valber Neto, sendo este último eleito como presidente da comissão. Comissão de Assuntos Parlamentares Luis Felipe, Carlos Henrique, Rafael de Lima, Pedro Ivo e Jamile Sarchis, sendo essa última eleita como presidente da comissão. Comissão de Assuntos Internacionais: Ralf Toenjes, Layanne Paixão, representante do Ministério de relações exteriores, Thaynan Mariano, Rodrigo Reis, sendo esse último eleito como presidente da comissão. Comissão de Programas e Políticas: representante do Ministério da Educação, Thiago Gomes, Luís Vanucci, Luã Lessa e Pedro Henrique Reis, sendo este último eleito como presidente da comissão. Logo após o conselheiro Renan Nishimoto, pediu a palavra solicitando a criação da Comissão Especial de Inclusão Produtiva, fez a defesa da mesma, em regime de votação foi aprovado pelo pleno por unanimidade. Em oportuno o Presidente Rafael Davi, informou que em momento específico será

feita a composição da Comissão, superada pauta da mesa diretora ampliada e das comissões, o conselheiro Neilson Oliveira sugeriu a criação de uma assessoria de comunicação, que não tem um viés de Comissão, mas sim de ligação entre Conjuve, SNJ e as Juventudes, de forma que a referida assessoria não faz parte da mesa ampliada, sendo a sugestão acatada pelo pleno. Retomada a palavra o Presidente do Conselho, pede desculpas pela extensão do horário, contudo agradece os esforços realizado nesse momento, neste interim passando aos informes gerais sobre o dia seguinte, sendo assim fica a reunião pausada para continuação no dia de amanhã.

No Segundo dia, Em continuidade a reunião, aos dias 06 de fevereiro de 2020, às 09:30, no auditório Interlegis do Senado Federal, após a conferência do quorum, foi lida a ordem do dia, qual seja: Formalização da composição da Comissão Especial de Inclusão Produtiva, apresentação da campanha de Prevenção da gravidez na adolescência pela Secretaria Nacional de Juventude Jayana Nicaretta e 4ª Conferência Nacional de Juventude, restabelecendo os trabalhos, o presidente após boas-vindas a todos, informou que a mesa recebeu um pedido de alteração de pauta por parte do Ministério de Infraestrutura, para apresentação de proposta de ampliação dos beneficiários do ID JOVEM, no que tange ao transporte intermunicipal e interestadual; sendo colocada a inclusão em regime de votação foi aprovada pelo pleno. Com a palavra, o representante do Ministério da Infraestrutura, que apresentou as propostas de alterações no decreto para ampliação dos beneficiários nas vagas disponibilizadas em transporte executivos referentes aos transportes intermunicipal e interestadual, alegando ser uma evolução na prestação de serviços, logo após abriu-se a palavra ao plenário, sendo iniciada a fala pelo conselheiro Valber Neto, que frisa a importância do benefício em todos os segmentos, ressalta que aos jovens o benefício é novo e que acredita que ainda crescerá a utilização do mesmo, logo após a palavra foi dada ao conselheiro Pedro Henrique que solicitou mais informações sobre a proposta, como quantidade de dados, após a fala do conselheiro, o representante do ministério retomou a fala com a explanação sobre os dados ligados a categoria de benefícios. Devolvida ao plenário, o conselheiro Renan Nishimoto, ressalva que gostaria que fosse explanado em um outro momento com maior tempo e mais informações, bem como solicitou a mesa infrações de encaminhamento de pauta, nesse momento o presidente Rafael Davi, esclarece que a atual pauta é apenas para conhecimento e possíveis debates, a palavra foi passada ao próximo inscrito Gustavo Gama, que solicitou informações sobre a fiscalização dessa ampliação de benefício, dado a resposta pelo Marcelo do M.de Infraestrutura que seria por base de dados, o que garantida a eficiência de transparência, de volta ao plenário faz uso da palavra o conselheiro Luis Felipe, que solicita informações de origem de dados e proposição de estimativa, sendo esclarecido que todas as informações são públicas e se encontram disponíveis no site da ANTT. Marcus Barão, retoma a palavra a mesa, relatando que precisamos analisar os dados de forma minuciosa uma vez que é a expansão de uma política pública já existente, sendo sugerido como encaminhamento, que a Comissão de Programas e Políticas, apresente com prazo uma nota técnica ao pleno, a mesa também sugere que a votação seja de forma online, para garantir a agilidade. O conselheiro Guilherme Boss, solicita mais informações dos programas relativos aos jovens, sendo garantindo a mesa que será enviado aos conselheiros. Sem mais interações, foi colocado em regime de votação, sendo aprovado o encaminhamento a proposta a Comissão de Programas e Políticas, no prazo de 20 dias devolvido ao plenário, sendo votada de forma online. Em seguida, foi aberto a inscrição para composição da Comissão Especial de Inclusão Produtiva, sendo composta por Renan Nishimoto, Raphael Paganini, representante do Ministério da cidadania e representante do Ministério da Defesa sendo eleito Renan Nishimoto como presidente da comissão. Logo após foi informado a suspensão dos trabalhos para o almoço, com retorno as 13:30. Retornando os trabalhos, foi feita a contagem de quórum, bem como convidada para compor a mesa a Secretaria Nacional de Juventude, Jayana Nicaretta, que recebeu a palavra para a apresentação da campanha: adolescência primeiro, gravidez depois, apresentando os dados que fundamentou a campanha, afinal de sua fala pediu para que o CONJUVE tenha um papel de monitoramento das políticas públicas de juventude e consultivo, para que difundem a política pública. Logo após Marcus Barão, apontou no Estatuto de Juventude artigos que tratam as questões de gravidez na adolescência. Aberto ao público, a conselheira Layanne Paixão questionou as informações e recorte de dados, a secretaria em resposta explicou que a campanha visa os adolescentes de 15 a 18 anos, lembrando que abaixo de 14 anos, é considerado crime de estupro de vulnerável, sendo assim tratada pelo Ministério da Justiça. O conselheiro Carlos Henrique questiona a abrangência da campanha, em resposta a secretaria explica que por ter parceria com o Ministério da Saúde, terá abrangência nacional e levado em todo o sistema SUS, seguindo com os inscritos, o conselheiro Luiz Fernando, solicita que seja disponibilizado os dados para que todos possam contribuir com a campanha, sendo informado que será disponibilizado. Com

a palavra Luiz Felipe, pergunta se tem dados de quando se inicia a vida sexual dos brasileiros e que a campanha deveria levar também o lado de prevenção, em resposta, a secretaria fala que a campanha objetiva dialogar com a juventude e que como também é composta pelo ministério da saúde tem em seus escopos que os jovens busquem ajuda no sistema de saúde para a prevenção. O conselheiro Thiago questiona a metas da campanha, em resposta a secretaria, explica que a campanha inicial e de prevenção e que a partir da próxima semana o MEC fará a divulgação nas escolas de todo o país. O conselheiro Rafael representante do ministério da justiça, informa que também vem desenvolvendo projetos para atuar em parceria. Passada a palavra para a conselheira Ariany Leite, parabeniza e solicita materiais da campanha. Seguindo a palavra, com o plenário o conselheiro Romel Munhoz, pergunta sobre o alcance da campanha, a secretária mostrou que já houve grandes avanços, sendo o primeiro o debate de um tema que há muito tempo não se falava. O conselheiro Pedro Henrique, parabeniza a campanha. A conselheira Isabella, pergunta sobre os dados que utilizados para medir o sucesso da campanha, a secretaria relata que o site disponibiliza todos os atuais dados que são utilizados para verificar a redução da gravidez na adolescência. O conselheiro Douglas, lembra que precisa ser uma política pública transversal, uma vez que o problema do planejamento familiar, deve ser trabalhado com os profissionais de saúde por estarem na ponta, a secretaria, lembra que no ministério da saúde, tem uma pasta diretamente para tratar de educação sexual e prevenção. O conselheiro Rafael Biazão, pontua que se precisa pensar além da semana de combate a gravidez e a adolescência e pergunta se já existe um planejamento, a secretaria relata que existe o diálogo na transversalidade entre ministérios para os próximos passos. o Vice presidente Marcus Barão relata um processo histórico, apresentando alguns dados sobre os altos índices de gravidez na adolescência, por isso parabeniza o esforço empreendido no sentido de apresentar a campanha e relata a importância de que uma política pública seja construída com base em evidências e com amplo processo de participação social. O Presidente retoma a fala agradecendo a disponibilidade da Secretaria Nacional de Juventude e passa a palavra para a mesma fazer as considerações finais; presidente Rafael Davi sugeriu-se ao plenário uma mensagem aos Ministério, com orientação da Política Pública de que é alvo a campanha, em regime de votação foi aprovado por aclamação, ficando sob responsabilidade da criação a Comissão Programas e Políticas. Sendo assim A comissão apresentou. Aos dias 06 de Fevereiro o presidente Rafael Davi retomou a reunião do Conselho Nacional de Juventude com pauta única restante, sendo ela a aprovação da mensagem aos ministros dos respectivos, ministério da mulher, família e direitos humanos e Ministério da Saúde sobre a campanha promovida pelo Governo Federal da Gravidez na Adolescência, verificado o quórum pelo secretário geral Gustavo Gama, foi repassado pelo presidente a palavra ao presidente da comissão de políticas e programas Pedro Reis, que leu a mensagem aprovada pela respectiva comissão, sendo o título "Pelo direito à vida, à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens: Uma mensagem do CONJUVE sobre a campanha de prevenção à gravidez precoce no Brasil" e o seguinte corpo da mensagem "Tendo em vista que as políticas públicas de planejamento familiar são aplicadas em muitos países do mundo e que no Brasil estas políticas são garantidas por lei e aplicadas pelo Ministério da Saúde desde os anos 1980, com a implantação do Programa de Saúde Materno Infantil após 06 anos de orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), e vem desde então sofrendo adaptações e mudanças, mas sempre sendo aplicados e com alguma eficiência.

É sabido na literatura médica mundial que os programas de planejamento familiar têm impacto positivo nos indicadores de saúde dos países que o aplicam, com diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna, além é claro dos impactos nos dados sócio econômicos. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 930 adolescentes e jovens dão à luz diariamente, totalizando mais de 434,5 mil mães adolescentes por ano. Somente em 2016, nasceram: 24 mil bebês filhos de meninas de até 14 anos de idade; 477 mil filhos de mães com idade entre 15 e 19 anos. Das meninas de 15 a 17 anos que não têm filhos, 9 em cada 10 meninas estão na escola. Já entre as que têm um filho ou mais, menos de 3 continuam estudando (UNFPA). Em 2018, em torno de 15% do total de nascidos vivos foram de mães com idade até 19 anos, de acordo com os dados preliminares do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Em que pese o número de gestações na adolescência tenha diminuído no país – de 721.564, em 2000, para 434.573, em 2018 –, o Brasil ainda possui taxa de 68,4 nascimentos para cada mil adolescentes e jovens mulheres entre 15 e 19 anos. O índice é elevado se comparado com a taxa mundial, de 46 nascimentos, ficando acima da média latino-americana (65,5 nascimentos). Nos Estados Unidos, o índice é de 22,3 nascimentos. Estudo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), publicado em 2018, indica que a gravidez na adolescência ocorre com maior frequência entre as meninas com menor escolaridade e menor renda, menor acesso a serviços públicos, e em situação de maior vulnerabilidade social. Dados da Síntese de

Indicadores Sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, revelam que a gravidez na adolescência é correlacionada com a desigualdade social. “A maioria das mães adolescentes tem poucos anos de escolaridade, é negra e vive nas regiões menos economicamente desenvolvidas do país.” Conforme a pesquisa “Nascer Brasil 2016”, do Ministério da Saúde, 66% das gestações em adolescentes não são planejadas. Ainda, cerca de 75% das mães adolescentes encontravam-se evadidas do estabelecimento escolar, segundo a PNAD 2013, o que pode ocasionar implicações sociais e econômicas, além de emocionais, para as mães adolescentes. Há que se levar em consideração os riscos para o recém-nascido. Estudo do Ministério da Saúde, chamado “Saúde Brasil”, aponta uma das maiores taxas de mortalidade infantil entre mães mais jovens (até 19 anos), com 15,3 óbitos para cada mil nascidos vivos (acima da taxa nacional, de 13,4 óbitos). Isso porque além da imaturidade biológica, condições socioeconômicas desfavoráveis influenciam nos resultados obstétricos. A OMS em conjunto com o Hospital Johns Hopkins, produziram o Manual de Planejamento Familiar voltado para profissionais disponível em forma de livro texto e em suas plataformas digitais, afirma que todo o paciente em avaliação de planejamento familiar deve ter seu atendimento individualizado, e que quando se trata de pacientes jovens, todas as formas de métodos contraceptivos são válidas inclusive as medidas sócio educativas, que podem ser usadas de maneira isolada ou em conjunto com outro método de acordo com o perfil do paciente, este mesmo manual mostra ainda que o aconselhamento e os serviços de planejamento familiar não estimulam o ato sexual, ao contrário, ajudam os jovens a terem maior consciência de si e de seu corpo e sua saúde. Deste modo, em atenção à campanha “Tudo tem seu tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois”, lançada no dia 03 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com o Ministério da Saúde (MS) que aborda a prevenção da gravidez precoce, entendemos que terá maior impacto caso sejam observadas as sugestões a seguir. O CONJUVE entende que a proposta desperta a reflexão e promove o diálogo entre os jovens e as suas famílias em relação ao desenvolvimento afetivo, autonomia e responsabilidade, incentivando-os na busca por orientações nas unidades de saúde sobre as formas de se prevenir. Além disso, compreende que todas as campanhas de apoio a estas práticas, quando baseadas em evidências científicas e amparadas nas sociedades de especialidades tem grande valor. Nesse sentido, verifica-se à necessidade de adequar e diversificar a abordagem sobre prevenção da gravidez na adolescência, incluindo, também, componentes ligados a contracepção, ao comportamento, à autonomia e à responsabilização concernentes à redução dos casos de gravidez não intencional na adolescência além de garantir acessibilidade do conteúdo. Definição mais clara do planejamento estratégico, de indicadores de resultado e de esforço, permitindo à equipe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e ao Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) o monitoramento da efetividade da campanha em níveis estaduais e municipais, além de embasamento para que, nas próximas campanhas, possa avaliar e propor melhorias possibilitando uma participação mais qualificada dos Conselheiros na ponta. Para que as políticas públicas tenham efetividade é de extrema importância que sejam capacitados de maneira contínua os profissionais que atuam na ponta de maneira direta com os jovens, seguindo os melhores guias o atendimento ao jovem deve ser feito em ambiente confortável e que passe segurança ao jovem que procura o atendimento, estes profissionais precisam ter essa sensibilidade treinada. Com estas atitudes e com a promoção de políticas de planejamento familiar o CONJUVE demonstra sua preocupação com a promoção a saúde dos jovens brasileiros. Desta forma, os adolescentes e jovens poderão tomar decisões, de forma mais consciente, sobre a vivência de sua sexualidade, de forma segura, responsável e com conhecimento sobre seu corpo, disseminando informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da gravidez na adolescência. Levando em consideração a importância da participação e do controle social, na formulação das políticas públicas de juventude, do envolvimento do público beneficiário direto, da formulação das políticas públicas com base em evidências efetivas, o Conselho Nacional de Juventude se coloca inteiramente à disposição da Secretaria Nacional de Juventude, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Governo Federal, a participar dessa e de qualquer outra política pública, sobretudo na sua fase de formulação, garantindo assim que a sua elaboração e disseminação tenham ainda mais efetividade e os resultados sejam alcançados sobretudo na transformação e na melhoria da condição de vida da juventude no Brasil.” Encerrado a apresentação da nota, o Presidente Rafael Davi colocou em regime de votação sendo aprovado por unanimidade. Sem mais para o momento o Presidente do CONJUVE, declarou encerrada a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude e 50ª Reunião Ordinária desde a criação do CONJUVE.

Eu, Gustavo Henrique Lobo da Gama, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo vice-presidente do CONJUVE, Marcus Vinícius Barão da Rocha e pelo Presidente do CONJUVE, Rafael Davi Campos.

Assinatura

GUSTAVO HENRIQUE LOBO DA GAMA
Secretário-Geral do CONJUVE

Assinatura

MARCUS VINICIUS BARÃO DA ROCHA
Vice-Presidente do CONJUVE

Assinatura

RAFAEL DAVI CAMPOS
Presidente do CONJUVE